

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 2.322, de 2011

Atualiza a redação da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, na parte que dispõe sobre os órgãos da Justiça do Trabalho, e dá outras providências.

VOTO EM SEPARADO DO DEPUTADO SILVIO COSTA

Ao tempo em que cumprimos o ilustre relator, Deputado Roberto Santiago, pelas melhorias significativas que fez no projeto, chamamos a sua atenção para um ponto específico referente ao art. 201 da CLT que trata das multas por inobservância dos aspectos relacionados à medicina e segurança do trabalho.

O atual art. 201 da CLT tem a seguinte redação:

Art. 201 - As infrações ao disposto neste Capítulo relativas à medicina do trabalho serão punidas com multa de 3 (três) a 30 (trinta) vezes o valor de referência previsto no artigo 2º, parágrafo único, da Lei nº 6.205, de 29 de abril de 1975, e as concernentes à segurança do trabalho com multa de 5 (cinco) a 50 (cinquenta) vezes o mesmo valor.

Parágrafo único. Em caso de reincidência, embaraço ou resistência à fiscalização, emprego de artifício ou simulação com o objetivo de fraudar a lei, a multa será aplicada em seu valor máximo.

Pelas sistemática atual, a multa por infração às regras de medicina do trabalho variam entre R\$ 402,53 a R\$ 4.025,33, enquanto a inobservância às normas de segurança do trabalho provoca multas de R\$ 670,89 a R\$ 6.708,88.

A redação dada pelo projeto carece de razoabilidade ao conferir ao dispositivo a seguinte redação:

“Art. 201. As infrações ao disposto neste Capítulo relativas à medicina do trabalho serão punidas com multa de R\$ 1.700,00 (mil e setecentos reais) a R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais), e as concernentes à segurança do trabalho com multa de R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais) a R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais).

Ora, nos parece exagerado um aumento superior a 400% nos valores das multas.

É preciso considerar que a lei será aplicada a organizações de todos os portes, inclusive pequenas e médias empresas.

Multas tão elevadas poderão provocar até o fechamento de empresas e não nos parece ser esta a intenção do projetos.

Por isso, gostaríamos de propor uma redação alternativa e conciliatória que assegura a elevação dos valores das multas de modo a punir com rigor tais infrações sem, no entanto, adotar patamares que podem inviabilizar a atividade produtiva. Um aumento de cerca de 125% nos parece medida suficientemente justa.

Por isso, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.322, de 2011, nos termos do substitutivo do relator proposto em 09.05.2013, com Emenda ao art. 201 da CLT.

Sala da Comissão, em de maio de 2013.,

SILVIO COSTA
Deputado Federal – PTB/PE

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 2.322, DE 2011

Atualiza a redação da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, na parte que dispõe sobre os órgãos da Justiça do Trabalho, e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao caput do artigo 201 do Decreto-Lei 5.452/1943, alterado pelo art. 2º do projeto, a seguinte redação:

Art. 201. As infrações ao disposto neste Capítulo relativas à medicina do trabalho serão punidas com multa de R\$ 1.000,00 (mil reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), e as concernentes à segurança do trabalho com multa de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).
..... (NR)

Sala da Comissão, de maio de 2013.

SILVIO COSTA
Deputado Federal – PTB/PE